

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014716-66.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Erika Arruda Galvão e outro**
 Requerido: **Concessionária da Rodovia Mg 050 Sa e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CARLOS CASTILHO AGUIAR FRANCA**

Vistos.

O acordo firmado atende os interesses do menor e conta com a anuência do Ministério Público, convido sua homologação e a extinção do processo, pois efetuado o pagamento ajustado.

Discorda o Ministério Público, no entanto, quanto à forma de administração pela genitora, da quota-parte cabente ao filho menor, haja vista o risco existente em investimentos realizados. Ela, de sua vez, justifica a administração.

Longe de se discutir os propósitos da genitora, é preciso ponderar mais friamente quanto ao tema, pois independentemente dos esforços empreendidos, as aplicações financeiras podem gerar resultados diversos e inesperados, pois apresentam riscos que lhes são próprios, podendo diminuir e comprometer o patrimônio do incapaz.

Em regra, como se depreende do artigo 1.753 do Código Civil, grandes quantias devem ser depositadas em estabelecimento bancário definido pelo juiz, *porquanto poderão correr risco de desvalorizar, ser subtraídas ou extraviadas. Poderão ser levantadas pelo tutor, mediante autorização judicial, nas hipóteses enumeradas no art. 1.754* (Milton Paulo de Carvalho Filho, Código Civil Comentado, Coord. Min. Cezar Peluso, Editora Manole, 2ª edição, página 1900).

Deve-se atentar para as vantagens e rentabilidade de uma aplicação, mas não se perder de vista a segurança do patrimônio do incapaz.

Examinando as aplicações feitas pela genitora:

As aplicações em renda fixa afiguram-se compatíveis o mercado. Em regra, renda fixa rende mais do que a poupança (<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/poupanca/noticia/7542907/poupanca-fundos-renda-fixa-qual-rende-mais-com-juros>).

Observa-se, inclusive, que as aplicações feitas apresentam boa remuneração, a menor delas com 94,50% do CDI (fls. 801). Convém, de todo modo, aguardar o vencimento, para gerar a remuneração.

As aplicações no Tesouro Direto (7% do capital) são seguras, garantidas pelo Tesouro Nacional, e se mostram boa alternativa à poupança.

A maior parte dos recursos, 52,2%, estão em Fundos de Investimento, distribuídos em renda fixa, multimercado e cambial (fls. 802). É uma carteira mais agressiva e com gestores de fundos de extratégias diversificadas, com resultados às imprevisíveis e não necessariamente positivos. Será mais adequado tomar uma postura conservadora, de segurança, evitando riscos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

oscilação de mercado, oscilação inegavelmente ocorrente, por exemplo, com esses fundos e principalmente com a variação cambial, uma das modalidades eleitas, com base no dólar (fls. 803). Antes de deliberar a respeito, determino à genitora esclarecer se é possível reposicionar esses Fundos de Investimento, alocando-os apenas em renda fixa ou outra espécie. E determino, também, juntar extrato com a posição atual, para verificar os resultados obtidos.

Da mesma forma, ou mais delicada ainda, a opção pelo mercado de ações, 8,5% do capital investido (fls. 803). As ações adquiridas podem ou não mostrarem-se atrativas em função da época de aquisição e da época de conversão, impensável como estarão no momento em que o menor pretender o resgate. De outro lado, não parece que a genitora pretenda realizar operações *day trade*, ou seja, atuar no mercado de ações, comprando e vendendo conforme as oscilações, muito menos conviria autorizar que o faço em nome do menor, haja vista os riscos típicos. Enfim, pode haver rendimento negativo e prejuízo com perda de capital. Convém resgatar essas ações e aplicar o montante em outra modalidade, não necessariamente poupança, mas em outra modalidade a ser estudada. Poderia até mesmo ser a poupança em conta judicial, pela maior facilidade de movimentação perante necessidades eventuais ou corriqueiras.

Deve-se buscar garantir a segurança do patrimônio do menor, com aplicações conservadoras, de baixíssimo risco.

Conclusivamente:

- 1(Homologo o acordo firmado entre as partes, instrumentalizado a fls. 766/768 e 770. Ao mesmo tempo, cumprido que foi, nos termos do artigo 924, inciso II, do CPC, julgo extinto este processo.
- 2(Ao mesmo tempo: (a) autorizo a manutenção pela genitora, das aplicações financeiras do filho João Pedro Galvão de Moraes Davi, alocadas em Renda Fixa e Tesouro Direto (fls. 801); (b) determino a apresentação de extrato atualizado para verificar os resultados obtidos com os Fundos de Investimento, especificamente os Fundos de Renda Fixa e Multimercado (fls. 802), antes de deliberar sobre a manutenção ou conversão; (c) determino a conversão dos valores aplicados em variação cambial (fls. 803) e também o resgate de ações (fls. 803), depositando os montantes em conta judicial, até ulterior deliberação (pondero que deverá observar o mercado antes do resgate das ações, evitando vendê-las em baixa).

Publique-se e intemem-se, arquivando-se oportunamente.

São Carlos, 06 de novembro de 2018.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**